



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
15º EXAME DE SELEÇÃO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 26.05.2024

1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Disserte sobre o conceito e os limites das emendas parlamentares impositivas ao projeto de lei orçamentária anual. (50 pontos)

2 – No intuito de padronizar o atendimento prestado nos seus postos de identificação civil, o DETRAN propõe a edição de norma que proíbe o uso de qualquer tipo de adereço que cubra parte do rosto ou da cabeça nas fotos de documentos oficiais, incluindo chapéus, bonés, óculos, máscaras e acessórios relacionados a crença ou religião. Avalie a constitucionalidade da medida. (50 pontos)

2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – À luz do ordenamento jurídico contemporâneo, constatado um vício insanável em um contrato administrativo de prestação de serviços, é juridicamente possível a continuidade da sua execução? Justifique. (50 pontos)

2 – No Estado ABC, a Companhia Estadual de Habitação, uma empresa pública constituída para essa atividade específica, vinha sofrendo diversas constringências em seu patrimônio por força de decisões judiciais, com prejuízos para o serviço. Diante disso, seu Presidente buscou a PGE com vista a uma medida judicial que solucionasse o problema. Ato contínuo, foi ajuizada uma ADPF perante o STF para ver declarada a inconstitucionalidade do conjunto de decisões judiciais e do entendimento do Tribunal de origem que concebiam a possibilidade de afetação do patrimônio da Companhia, sem a observância do regime de precatórios. Como Ministro (a) do STF, como você decidiria o pedido da ADPF? Fundamente (50 pontos)

3 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – As partes e o juiz possuem ônus e deveres processuais? Conceitue e diferencie os institutos, exemplificando quanto aos referidos sujeitos do processo, se for o caso. (50 pontos)

2 – A procedência de ação civil pública ajuizada por associação de servidores contra o Estado beneficia, do ponto de vista subjetivo, toda a categoria? Discorra, abordando (i) substituição e representação processuais, (ii) documentos que acompanham a petição inicial e (iii) recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema. (50 pontos)

4 – DIREITO TRIBUTÁRIO

1. O contribuinte que paga dívida tributária prescrita tem direito à repetição do indébito? Responda fundamentadamente. (50 pontos)

2. O Estado do Rio de Janeiro criou um Parque Estadual Ambiental e pretende instituir uma taxa de fiscalização dirigida aos seus visitantes. Considerando esse contexto, responda fundamentadamente às questões abaixo: (50 pontos)

- O Estado tem competência para instituir a referida taxa? (20 pontos)
- Quais são as razões que permitem a instituição de taxa? No caso concreto apresentado, qual dessas razões justificou a instituição da taxa pelo Estado? (15 pontos)
- Alternativamente, o Estado poderia instituir um imposto para essa mesma finalidade? (15 pontos)